



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1151/15	DATA: 09/07/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 12h22min	PÁGINAS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Recebimento de sugestões ao relatório final.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e a todas. Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito de Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Vou passar para o item da pauta.

Ata. Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas das 34^a, 35^a, 36^a e 37^a reuniões ordinárias da Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura das atas.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu peço dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Jean Wyllys.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-las, coloco-as em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas das 34^a, 35^a, 36^a e 37^a reuniões.

Recebimento de sugestões. A reunião de hoje foi convocada para recebimento de sugestões ao relatório final da Comissão elaborado pela Deputada Rosângela Gomes. As sugestões serão examinadas pela Relatora, que poderá ou não acatá-las e apresentar um novo relatório até o início da discussão.

Nós olhamos, e regimentalmente — isso é importante —, de fato, como ainda não começou a discussão do relatório — nós estamos fazendo um debate e colhendo sugestões —, a Relatora poderá apresentar um novo relatório. Então, isso facilita o nosso trabalho, que não será complementação de voto, porque complementação de voto de fato se dará após o início da discussão oficial do relatório final. Então, informo que, até o anúncio da votação, fica franqueada a apresentação de destaques supressivos pelos membros da Comissão.

Com a palavra...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Desculpe-me, Sr. Presidente, só para entender na prática. Hoje nós vamos dar as contribuições, a nossa leitura, ao relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não votaremos o relatório ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - E aí a Relatora acata ou não essas sugestões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Acatando, ela poderá apresentar um novo relatório.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Um novo relatório será apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É. Não será mais complementação de voto, porque de fato nós não iniciamos ainda a discussão do relatório final.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós ainda estamos na construção do relatório.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Na construção do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, ela poderá publicar um novo relatório.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Como? *(Pausa.)*

Há pedido de vista, mas não há a discussão do relatório. Então, de fato ela poderá fazer a apresentação do Relatório 2. Regimentalmente é possível. É bom, porque aí nós avançamos bastante e vamos democratizar cada vez mais a construção coletiva do relatório final da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu considero que o esforço feito pela Comissão e pela Relatora é um esforço muito significativo. É um trabalho que nós percebemos metucioso, cuidadoso, e que procurou expressar debates realizados no âmbito desta Comissão, procurou considerar reflexões trazidas por intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, autoridades policiais e da segurança pública, personalidades vinculadas aos direitos humanos. Então, eu considero que foi um trabalho bastante positivo.

Eu quero registrar aqui, Presidente, algumas observações. Primeiro, há um tema, um ícone, que é aberto aqui no relatório: *A cultura da violência e a morte de*



jovens negros e pobres no Brasil. Eu considero que há uma lacuna nesse capítulo, qual seja: o papel dos meios de comunicação na projeção dessa cultura. Esse debate apareceu nas nossas discussões aqui, inclusive foi objeto de um requerimento aprovado, apresentado por V.Exa., em que nós discutimos o papel dos meios de comunicação. É um caso simbólico, aquele caso que aconteceu em Jardim São Luís, aliás, bairro que a CPI visitou. E, na semana seguinte, aconteceu aquele fato, que infelizmente foi tratado de modo irresponsável por alguns meios de comunicação de massa. Portanto, Presidente, eu queria registrar essa minha opinião. É necessário que nós registremos a necessidade ou a responsabilidade, ou compromisso ético, que os meios de comunicação devem ter no enfrentamento dessa cultura de violência, não na projeção dela.

Segunda observação, Presidente, eu já informei previamente a V.Exa. que estou de acordo que é necessário um plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens. Eu creio que, independente das posições que temos nesta Comissão, nós não podemos brigar contra os números, não temos como brigar contra os fatos. E é fato que há um elevado número de homicídios de jovens, particularmente de jovens negros e pobres no Brasil. Então, essa indicação de um plano de combate aos homicídios é algo muito importante. Considero que é importante firmar as responsabilidades dos vários entes da Federação e, se possível, positivar as metas desse plano.

Agora, eu acredito que seria importante encontrar um lugar, Sr. Presidente, para que, mesmo antes desse plano, nós firmemos um pacto no Brasil, um pacto nacional que envolva governos, mas que envolva a sociedade civil, que envolva instituições relevantes do País, como a Igreja, por hipótese, que envolva um conjunto de atores da vida nacional em torno de um mesmo objetivo. Isso vai além de políticas de governo — vai além! Eu diria que vai além das políticas de Estado. Há que se mobilizar a sociedade brasileira. Por isso, eu considero que o plano é uma necessidade, com metas, a cada década, como V.Exa. apresentou nos debates aqui, com indicadores que meçam a evolução desse combate, mas é necessário mobilizar o conjunto da sociedade, pela dimensão que alcançou essa tragédia em nosso País.



Sr. Presidente, em terceiro lugar, considero que foi muito rica — e eu falo pela experiência de São Paulo — a agenda da CPI nos Estados. Se houver possibilidade de nós termos um panorama da agenda da CPI nos Estados, será relevante. Claro que aqui nós observamos relatos do Rio de Janeiro, relatos de Alagoas, relatos de Belo Horizonte. Mas eu tenho notícia de que muitos outros relatos foram feitos, e é importante para dar a dimensão do trabalho feito pela CPI e da importância da agenda que nós tratamos ao longo de todos esses dias.

Tenho ainda uma quarta observação, Sr. Presidente. Eu, pessoalmente, tenho uma admiração intelectual pelo Prof. Darcy Ribeiro. Tive o privilégio de conhecer o Prof. Darcy Ribeiro. O seu livro *O Povo Brasileiro* foi citado inúmeras vezes e fala sobre a formação sócio-histórica do Brasil. Eu tive o privilégio de assistir ao lançamento do livro e tenho uma edição autografada pelo próprio Darcy Ribeiro, em 1995, em São Luís, durante uma reunião da SBPC.

Eu creio, Sr. Presidente, que a trajetória da CPI foi rica também do ponto de vista teórico. Muitos quadros que estiveram aqui se referenciaram em outros intelectuais. E, se houver a possibilidade, para instruir, porque esse é um documento histórico, seria oportuno dar um pluralismo maior, sobretudo considerando a luta histórica do movimento negro, valorizar certas referências teóricas, inclusive do movimento negro, que foram inclusive expressas aqui durante as sessões.

Sei que não é simples, é complexo. Mas vale a pena revisitar as audiências. Eu dou o exemplo concreto da audiência com o Prof. Dennis de Oliveira, da ECA da USP, do Coletivo Quilombação, que esteve aqui conosco e é uma figura muito interessante. Enfim, pela dimensão histórica do documento e pelo peso que a ele foi dado com a presença dessas personalidades, eu considero que vale a pena e enriquecerá o relatório.

Sei que a nossa perspectiva era desenvolver o trabalho com um pouco mais de tempo. Lamentavelmente, o nosso Presidente Eduardo Cunha não teve a sensibilidade suficiente e vai encerrar os trabalhos num tempo que talvez não nos tenha possibilitado alinhar todas as informações. Mas, nas indicações de deslocamentos de competência, eu queria que nós pelo menos incluíssemos o caso da Vida Nova, que é uma comunidade simbólica em Campinas. Sei que há divergências aqui, se devemos ou não aprovar o deslocamento de competência,



evidentemente. Mas, vencido esse debate, eu queria deixar registrado que nós já requeremos cópia do inquérito e teremos oportunidade — espero eu —, até a próxima semana, de sustentar. Não vou fundamentar neste momento, porque há um debate se haverá ou não deslocamento de competência. Então, eu não vou perder o meu tempo aqui com isso.

Por fim, Sr. Presidente, é só o cuidado com a forma. Eu acho que uma revisão do texto seguramente vai superar alguns erros de forma. Por exemplo, a mesma citação do Sr. Zen Ferreira, que se manifestou durante uma oitiva da Comissão, aparece duas vezes no texto, literalmente a mesma. Isso é um detalhe de forma que eu imagino que nós teremos oportunidade de corrigir, ou mesmo a frase, que eu compreendo: *“A violência e o homicídio de jovens, em particular, tem um custo para as políticas públicas, que não pode ser ignorado.”* Eu entendi a ideia, mas é que, da forma como aparece... A vida humana não tem preço, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Qual é a página, Deputado Orlando?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - No relatório que eu tenho, pág. 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pág. 11.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - A última frase do quarto parágrafo.

Eu entendo o conteúdo. Devo dizer que compreendo que há um custo, evidentemente, porque há um capital humano, digamos assim, que é abordado. Mas no contexto de outra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eles devem estar fazendo a análise dos dados do IPEA, que tem um estudo sobre o custo social e econômico das mortes de jovens negros.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu sei, mas prefiro votar um relatório cujo texto eu sustente inteiramente e que caiba num discurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu sei que fica ruim. Parece querer valorar uma coisa que é imensurável.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Exatamente, esse é o sentido. Por essa razão eu chamo a atenção para isso, Sr. Presidente. Uma revisão do texto seguramente vai permitir correções, que são normais. Até por isso V.Exa. colocou o



relatório em debate antes da votação, para que nós pudéssemos fazer esses ajustes.

Para concluir, Sr. Presidente, eu entendi o sentido da indicação dos projetos de lei que V.Exa. fez. São várias PECs e vários projetos que procuram expressar o conjunto de preocupações existentes aqui. Surpreendeu-me positivamente o trabalho da Relatora. Mas eu me reservo o direito, Sr. Presidente, em que pese não registrar por ora o que reflito sobre o assunto, de registrar uma divergência entre alguns projetos. Eu vou refletir um pouco mais, porque eu tenho dúvida se a CPI deveria indicar todos esses projetos que estão apresentados aqui, até porque, em alguma medida, guardam contradições entre si.

Muito obrigado.

Cumprimento a Relatora, Deputada Rosangela Gomes, pelo trabalho feito, que eu considero muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero justificar a ausência da Relatora. Ela está muito resfriada, mas deve estar chegando.

Nós estamos anotando as observações e vamos encaminhá-las à Relatora.

O Deputado Jean Wyllys manifestou, como na intervenção de V.Exa., Deputado Orlando Silva, concordância com as diretrizes de aproveitar a riqueza das falas, das intervenções das nossas audiências públicas. Eu acho, inclusive, que foi quando a gente foi ao encontro dos movimentos das mães, da sociedade civil.

Eu perguntei à assessoria da CPI se é possível, uma vez que nós já temos tudo em notas taquigráficas, fazer uma publicação das audiências públicas. Então, eu queria pedir a V.Exa. e ao Deputado Jean Wyllys que apresentem um requerimento, hoje, pedindo à Casa a publicação, para a gente pautar antes do encerramento da CPI. E nós vamos pedir à assessoria da CPI para preparar as intervenções das audiências públicas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas, além disso, Sr. Presidente, o Deputado Orlando Silva fala — e concordo completamente com ele, porque eu iria falar isso — que é preciso pluralizar a sustentação teórica do relatório, porque não só há fontes do Darcy Ribeiro, que é maravilhoso, mas também de alguns intelectuais que vieram a essas audiências públicas. E também faz parte dos nossos esforços empoderar esses intelectuais negros, que falam de si mesmos e de uma



experiência que eles não só elaboram teoricamente a partir de uma formação e conhecimento, mas a partir da própria experiência na pele. Então, esse aspecto é importante.

Eu concordo com o Deputado Orlando Silva — e era um aspecto também que eu ia ressaltar que está ausente do relatório — quanto ao papel dos meios de comunicação, do qual a gente tratou em vários momentos. Essa dimensão da construção do imaginário a partir dos meios de comunicação não pode ser perdida de vista. Nós tratamos disso. Os programas sensacionalistas, a maneira como as populações pobres são desqualificadas, o racismo que atravessa os diferentes meios de comunicação, a publicidade. Esse aspecto não pode estar ausente.

Por fim, a descrição da contribuição de cada Estado nesse debate na CPI. Acho que o relatório não detalha quem participou no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Paraíba. A gente precisa descrever melhor essas contribuições. As pessoas precisam, ao ler o relatório, ter uma ideia de como foi o trabalho da CPI, como ele se estruturou, não só com meras citações, mas com breves descrições das diligências, das oitivas, das audiências públicas. Isso é fundamental.

E, finalmente, eu vou entregar por escrito a V.Exa. as minhas colaborações ao relatório, que elaborei de maneira mais sistemática, além dessas que eu estou dizendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Há dois oradores inscritos: os Deputados Delegado Edson Moreira e o Delegado Éder Mauro.

Quero dizer o seguinte. Nós estamos colhendo sugestões e não o voto em separado, porque nós não estamos ainda discutindo oficialmente o relatório. Nós estamos fazendo aqui ainda uma mediação de construção do relatório final. Mas é livre, se alguém quiser apresentar o voto, tudo bem. Nós pretendemos ainda colher sugestões para tentar mediar e, se possível, ampliar as convergências.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu acredito até que, na próxima sessão, já deve ir para a votação o relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vai ser a discussão e votação.



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Pois é. Então, o voto em separado tem que ser apresentado de forma imediata, como eu já apresentei o meu e quero fazer a leitura dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, a democracia tem dois lados. Para a gente entender os acontecimentos, é preciso ouvir os dois lados. Esta CPI não ouviu os dois lados.

Outra coisa, quando queríamos falar, o outro lado que estava nas reuniões não nos deixava falar, apenas vaiava, vaiava. Na maioria das 150 sessões, pelo fato de eu sempre falar, eles não me deixavam falar. Isso quer dizer o quê? Que só foi ouvido um lado — está certo? Foi um totalitarismo. E V.Exa. mesmo sabe o que aconteceu, porque estava presente. Então, é o seguinte: só se ouviu um lado, e, quando se ouve só um lado, a balança fica desigual. As políticas que vão ser indicadas são políticas erradas, porque não se ouviu tudo.

Há alguns pontos desse relatório que precisam ser revistos, para que não fique parecendo que esta CPI foi guiada para aquele resultado. É isso o que está aparecendo. É isso o que eu estou depreendendo de tudo o que vi e, principalmente, do que estou vendo aqui. Eu nunca neguei e sempre falei da minha posição quanto à maioria penal. Isso nem precisa constar do relatório, porque já está em discussão. Então para que constar do relatório? A tendência é que já está indo para esse lado, mas não precisa constar do relatório, porque já está sendo discutido aqui no Congresso.

Outro ponto: racismo. Racismo pode até haver, mas é dos dois lados. Vou repetir a fala daquele presidente de organização, lá em Aparecida de Goiânia, embora tenhamos ouvido diversas falas. O que era conveniente nas falas ouvidas foi colocado no relatório; as outras falas, as que não eram convenientes para o relatório, não colocaram. Por exemplo, quando aquele militante criticou o dicionário brasileiro, dizendo que, até no dicionário, há preconceito contra o negro, porque define-se a palavra “preto” como “sujeira”. Foi o que ele colocou, mas não tem nada disso. É o dicionário da Língua Portuguesa, é o significado da palavra.



Então, em tudo o que foi falado, viu-se racismo: na propaganda de televisão, que põe sempre o negro como empregado. Agora, ninguém falou dos filmes, nos quais os negros eram os mocinhos, só se falou daqueles em que eles eram os empregados. Isso mostra um racismo muito forte da parte contrária. Claro, como não ouvi o outro lado, eu não sei se há o mesmo sentimento que houve nesses organismos em que nós observamos isso tudo.

O genocídio não foi constatado. Eu não vi a comparação dos números dos homicídios que os Estados encaminharam. Eu não vi os números. Eu os solicitei, foram pedidos, chegaram e estão os dados aí. Mas não nem passou pelo pensamento de V.Exa. comparar os números dos homicídios oficiais com os números do Mapa da Violência, que é do DATASUS, pelo menos, para fazer uma discussão. Não teve isso no relatório e tinha que ter.

Quanto ao deslocamento de competência, veja bem, sem analisar os casos, é inócuo, é passar vergonha. E eu não quero passar essa vergonha. Eu trabalho, desde os meus 15 anos. Se analisar o caso e verificar que é necessário o deslocamento de competência, tudo bem. Agora, pôr isso na legislação infraconstitucional — e isso é da legislação infraconstitucional —, eu sou totalmente contra. E por quê? O efetivo da Polícia Federal é de 1973, não tem efetivo nem para trabalhar nos casos em que tem competência hoje. Então, tem que ficar pinçando os casos para trabalhar — tem que ficar pinçando! Há casos lá que nunca vão ser investigados por falta de efetivo. Como nós vamos dar outra demanda para a Justiça Federal, ainda mais quando se refere ao Tribunal do Júri, que é uma cláusula pétrea, em que ninguém pode mexer? A competência para julgar crimes dolosos contra a vida é do Tribunal do Júri. A Justiça Federal, até hoje, não julgou o caso da chacina de Unaí, em Minas Gerais. Até hoje, só três foram julgados. Os responsáveis, um intermediário, o mandante e outros mais não foram julgados e lá se vão 11 anos.

Então, como a gente vai deslocar a competência, sem saber o conteúdo do investigado? Eu gostaria de analisar antes de declinar, porque, às vezes, Sr. Presidente, está dentro do inquérito policial a solução do caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, o Deputado Orlando Silva falou por 20 minutos aqui, e V.Exa. deixou o homem falar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, Deputado. Eu estou marcando. Foram 5 minutos, eu juro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É duro, é duro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu concedo mais 1 minuto a V.Exa., pelo seu brilhantismo e dedicação à CPI.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu vou apresentar o voto em separado. Mas a grade curricular tem que ser mexida, principalmente quanto a essa parte de gênero, parte política e mais educação para as nossas crianças. Eu tinha outras coisas para falar, mas vou apresentar o voto em separado. São muitas coisas, Sr. Presidente, que eu observei e vou colocar no meu voto em separado. Apenas reitero o seguinte: tem um lado da fala, mas não se colocou o outro, e o outro eu vou colocar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

Primeiro, na CPI, nós traçamos um roteiro de trabalho, então nós ouvimos aqui todos os lados. Aqui, nós ouvimos 48 gestores de segurança pública, ouvimos todas as entidades de todas as polícias do Brasil. Então, foi bem plural. E, nos Estados, todos foram convidados. V.Exa. estava em Rondônia, por exemplo, e todos falaram, os que eram a favor, os que eram contra, em todos os lugares. Agora, há uma predominância, quando você democratiza o debate, de participação da sociedade civil maior numa opinião política, numa visão política, porque ela convive no dia a dia com a segurança pública.

Segundo, eu não compreendi, porque há duas coisas que o relatório aponta: o deslocamento de competência de alguns casos emblemáticos, que nós visitamos, fizemos diligência. E muitos falavam assim: *“Ah, mas já vieram tantos aqui, a Comissão de Direitos Humanos... Nós já falamos para todo o mundo, nunca há uma resposta”*. É evidente que — foi até uma fala do Deputado Jean Wyllys — a lógica e



a ideia da CPI é sair das sistêmicas, mas organizadas. O que a CPI — e a Relatora — fez foi ser sensível a alguns casos que não têm resposta. Você vê poucos casos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não tem genocídio. Não tem genocídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não. Só para concluir essa questão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Múltiplos homicídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - São duas coisas diferentes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não, estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, Deputado. A deslocação de competência de alguns casos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Estou discutindo o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deslocamento de competência de alguns casos, isso é uma coisa e quem vai decidir se deve ou não. E eu espero que o Procurador-Geral da República... É evidente que, se for para prejudicar, para atrasar, ele não vai encaminhar o pedido de deslocamento, ele não vai aceitar. Então acho que é diferente. Ele vai analisar.

A Emenda Constitucional nº 45 — eu li aqui para V.Exa. na semana passada — é clara: em qualquer momento do processo pode existir deslocamento de competência, pode ter solicitação de deslocamento de competência (a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, votada). Agora, outra questão que foi levantada pelo Deputado Major Olimpio é diferente: nós estamos dando à Justiça Federal a competência para apurar crimes de milícias e grupos de extermínio. Isso é outra coisa. É uma PEC, é diferente. São duas coisas no Relatório: a que pede deslocamento de competência, e a que, em tese, propõe a federalização de crimes de milícias e de extermínio.

Segundo, no pacto nacional, no Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio ele está como uma meta, uma meta que é reduzir o homicídio no Brasil para um dígito para cada 100 mil jovens negros e pobres. Na verdade, é um dígito para cada 100 mil habitantes. Ali o foco é nos jovens negros, mas a meta é um



dígito. Eu quero sugerir, depois de ouvir vários Deputados, mais três metas que eu acho que deveriam... quatro pilares para estruturar o enfrentamento ao homicídio. Quais são os outros três? Elevar a taxa de elucidação dos crimes para 80% em 10 anos. É o mínimo. Hoje nós temos oito; os países na Europa têm 80.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O senhor pensa que tem oito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tudo bem, mas é o que eu estudo. Então, só para concluir, segundo pilar. Um terceiro pilar: reduzir a vitimização de policiais, que é alta no Brasil. Isso é uma meta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - E já é lei. Já é lei já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas meta de um plano de ação. O Governo Municipal vai traçar uma ação, o Estado vai construir seus planos decenais e a União. Então tem que dizer... Foram 500 mortes no ano passado de policiais, que tem que ser zero em 10 anos. Tem que ter... Terceiro...

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Mas aí, Presidente, eu acho... Desculpe-me, assim, com todo respeito que tenho a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É vitimização de policiais que eu estou falando.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sim, mas esse "tem que ser" eu acho que é impossível acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, não, eu sei... Eu estou falando que tem que reduzir, eu não usei a expressão. Por exemplo, se olharmos na meta de homicídio, nós estamos colocando um dígito, que é nove, que é o dígito da Organização Mundial da Saúde.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - O grande problema que nós estamos enfrentando é que as linguagens que estão sendo usadas contra os policiais...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, existe inscrição, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deixa eu só, Deputado...

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - É só a questão da linguagem contra os policiais, é isso o que está pegando. Acho que a gente tem só que rever algumas colocações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero só concluir... Eu quero concluir a última. Aí eu acho que o Plano Nacional tem que ter uma meta para diminuir a vitimização de policiais. E deve ter uma quarta: diminuir a letalidade policial. Porque, em minha opinião — nós viajamos pelo Brasil —, essas quatro questões é que, de fato, vão conseguir que, daqui a dez anos, o Brasil entre nos países civilizados. Porque, se tem muita vitimização de policial, há muita letalidade; se tem baixa elucidação de crime, tem muito homicídio. O problema não é o tamanho da pena, é o tamanho da impunidade. E o Estado brasileiro... E deve entrar um quarto, que são as políticas sociais, por território, focadas onde há alto grau de homicídio.

Então, eu acho que o Plano vai ser discutido. Nós vamos criar uma Comissão Especial. Ele será fruto de debate numa Comissão Especial e nós todos vamos voltar a discutir. Mas acho que esses quatro pilares são fundamentais. Então, ele não trata de um lado, mas também tem uma preocupação de que o Brasil também tem alta vitimização de policiais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Por isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, delegado, só para concluir. Eu quero passar a palavra... Eu escuto V.Exa. de novo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu estou precisando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado, eu vou descrever umas coisas...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Veja bem, veja bem, só para concluir o raciocínio do senhor: 8% por cento é porque nós não analisamos como eu analisei. Essa parte ficou por minha conta. Não deram nem bola. Por quê? O que acontece? É que 50% dos crimes ocorridos... Na maioria das estatísticas, 80% dos crimes ocorrem em razão do tráfico de drogas. E em 50% desses crimes, o autor disso, no futuro, será outra vítima. Esse crime vai ser art. 107, alínea "a", do Código Penal, que é extinção da punibilidade. O que acontece? Não vai para a estatística.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Porque um matou e outro foi morto.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A certidão de óbito instiga a punibilidade e vai para o arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Tudo bem. Podemos encerrar o Debate.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Só que queria falar algo aqui.

Vamos passar a palavra ao Sr. Deputado Delegado Éder Mauro...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Meu irmão, se eu não puder falar aqui, vou fazer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não. V.Exa. já está inscrito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delegado Éder Moura.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Já encerram as discussões? (*Pausa.*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de me dirigir a V.Exa. para saber algo. Apresentei voto em separado. Como está sob vistas, gostaria de perguntar se eu teria um tempo para ler na íntegra agora ou só na próxima sessão, quando da votação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na íntegra, na próxima sessão. Agora, por 5 minutos, V.Exa. poderá fazer uma síntese. Na próxima sessão, vamos abrir o debate sobre o Relatório, com concessões de 15 minutos, quando V.Exa. poderá manifestar-se. São importantes as considerações de V.Exa.

Tem a palavra V.Exa., por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Está bom, Sr. Presidente.

Então, como só terei 5 minutos e na próxima reunião terei condições de lê-lo na íntegra, vou distribuí-lo para todos os Parlamentares e, se possível, até para as pessoas da plateia, para que possam ter conhecimento.

Particpei, senão de todas as internas, acredito que todas as reuniões, a exceção de uma, porque estava em outra reunião, e das reuniões externas no meu Estado.

Tivemos oportunidade de ouvir cientistas, de recebermos dados e estatísticas, de abrir discussões sobre a questão de como classificar exatamente a cor do jovem



investigado em relação à morte de jovens; se os negros se somariam também aos pardos e como ficou isso. Até que se definiu, Sr. Presidente, de que aos negros estavam somados os pardos. As discussões continuaram. Sempre entendi e sempre coloquei em todas as sessões que as causas que têm levado à morte a nossa juventude têm sido — e, se for preciso repetir até o último dia da minha vida, eu o farei — a questão da desagregação da família e a questão das políticas públicas. Infelizmente, não só pela União, pelos Estados e muito menos pelos Municípios, que não recebem repasse para esse tipo de coisa, não são investidos recursos em nossa juventude, não são investidos em escolas de tempo integral, não são investidos em cursos técnicos para a nossa juventude, não são investidos em esporte. Costumo dizer que, se hoje formos à qualquer escola pública, não veremos qualquer atrativo para os alunos estarem na escola. Por isso, temos notícias pelas mídias do que está acontecendo nas escolas públicas. E aqui em Brasília não foi diferente, como recentemente houve revoltas de alunos e verdadeiras bagunças.

Hoje, o ensino público está falido, por não existir atrativo nas escolas; por não existir disciplina; por não existir respeito; por estar totalmente diferente do que havia num passado de 40 a 50 anos atrás. Os nossos alunos, hoje, vão para a escola, que, por não ter atrativos, praticamente virou uma concentração de encontros, para estarem apenas ali, para baterem papo, para mexerem em seus telefones. As crianças e nossos adolescentes não estão, na verdade, de forma respeitosa a eles, recebendo valores corretos de vida, ensinamentos, conhecimentos, para que possam se sentir valorizados, para que possam estar lá fora procurando as coisas boas.

Então, Sr. Presidente, a falta de políticas públicas e a questão da desagregação da família têm levado a nossa juventude, sem nenhum pinga de estrutura na área familiar, a se jogar no mundo das drogas, a se jogar no mundo do crime. E isso tem levado a nossa juventude à morte. E não pode ser diferente... Pelo menos, no meu Estado — e o meu Estado não é diferente de nenhum outro Estado deste País —, 95% das pessoas que são mortas, executadas, principalmente por arma de fogo, estão ligadas à questão da droga e do crime. Eles estão na faixa etária de 15, 20, 29 anos.



Nós não podemos aceitar que neste País seja criada uma CPI que queira direcionar a família brasileira a ser racista, que diga que dentro do País está havendo um genocídio. Isso não é verdadeiro! O brasileiro não é racista, excetuado os casos pontuados que ocorrem neste País, que devem ser punidos com rigor. Nós sabemos que assim como há casos de racismo, há casos de homofobia e há também preconceitos em outros setores. Mas isso não significa que a família brasileira seja racista, que as instituições tenham caráter racista, que sejam criadas, movidas por racismo, para se eliminar a juventude nas ruas.

Então, Sr. Presidente, eu quero ter oportunidade de poder sugerir por esse voto separado e, se for o caso, de ir à votação, para que a CPI encontre um norte verdadeiro, porque não adianta direcionarmos para outro tipo de coisa que não vai resolver o problema da juventude no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. e todos os colegas Parlamentares. Eu tive oportunidade de ouvir a fala, desde o começo, do colega Deputado Delegado Edson Moreira. Logicamente, nesta Casa, no Parlamento, o segredo da democracia é ter pensamentos iguais e contraditórios. Esse, para mim, é o processo basilar do Parlamento.

E aí, logicamente, eu tenho um contraditório com o Deputado Delegado Edson Moreira quando S.Exa. disse que não teve oportunidade de falar, de apresentar relatório. Eu tive oportunidade, somente fora as sessões internas da CPI. A primeira viagem ao Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, que é o Estado da Relatora, eu acompanhei, o Deputado estava junto, e todos que quiseram usar da palavra usaram. Quem não quis usar não teve problema. O Deputado Delegado Edson Moreira não quis fazer uso da palavra, eu também não usei, porque entendi que os atores principais eram da sociedade. Estava presente a Polícia Militar, a representação da Secretaria, e foi uma audiência muito rica sobre o processo, com várias visões, que é o sentido da democracia.

No Estado de Alagoas, que é o Estado que apresenta um índice maior de violência, o Deputado Delegado Edson Moreira também participou. Inclusive falava



com o Deputado Reginaldo Lopes — e avaliei que houve até um processo de metodologia, mas respeitei a Presidência — que a Mesa teve um caráter mais institucional do que a sociedade civil. Todos os atores da sociedade, principalmente representando a parte institucional, falaram e só depois a sociedade civil. Na minha visão, o método deveria ser diferente. Um Estado caracterizado como o mais violento, a capital também, dos 100 Municípios mais violentos do total, em média, de 5.500, você tem oito em Alagoas, ou seja, quase 10% do total dos 100 das cidades mais violentas. E lá também houve oportunidade, não houve vaia etc. e tal.

Então, Deputado, respeito a opinião de V.Exa., mas não vi nenhum momento de cerceamento, a não ser em outras sessões em que eu não pude estar presente, e ocorreram esses fatos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - V.Exa. deu sorte!
V.Exa. deu sorte!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - É.

A outra questão é relativa a você mudar de competência, de foro. É claro que você não pode estar mudando a legislação ao bel-prazer. O Código Penal, no Brasil, numa concepção federativa, é atribuição da União — isso é bem claro —, diferente dos Estados Unidos, pelo princípio federativo.

Mas vamos citar o caso de Alagoas, onde o Deputado Delegado Edson Moreira teve oportunidade de ouvir a Dona Maria, mãe do Davi, um garoto de 14 anos. Esse rapaz está desaparecido.

Se não tem corpo, em tese, não tem crime, mas está desaparecido. A Polícia não deu resposta, nem a Civil, nem a Militar. O próprio Ministério Público, num primeiro momento, não teve uma ação mais efetiva. E ela, como mãe leoa, que é o destaque de todas as mães nessas CPIs, começou a fazer uma investigação, uma pessoa de um local pauperizado, simples, uma pessoa sem posses, mas ela conseguiu e teve a coragem de fazer um rol de investigação e chegou junto ao MP. Aí o MP, o Ministério Público Estadual, teve iniciativa e constatou que envolvia três militares. Depois dessa denúncia e abertura do inquérito, que a Polícia não fez, não sei por que motivo, por coincidência, essa senhora estava num ponto de ônibus e levou alguns tiros, inclusive dois na cabeça. E só por um milagre essa senhora conseguiu se salvar.



Qual é a linha de investigação? Dois militares que foram citados como autores do desaparecimento do filho dela atiraram nessa senhora. Eu pergunto: em Alagoas, com essa complexidade, esse foro tem ou não tem que ser deslocado para cá? E aí, num caso que fere a segurança, quando existe uma insegurança no Estado, devido ao processo de o Brasil ratificar algumas convenções, existem exceções para que casos atípicos como esse, ou em outros Estados, possam ter um foro destacado.

Então, eu avalio que a gente não pode ter uma visão cartesiana só porque está junto à Constituição, mas as convenções internacionais que foram ratificadas pelo Congresso Nacional e pela Presidência têm paridade constitucional. Elas não são infraconstitucionais. Elas têm paridade constitucional.

E a outra questão e última eu não tive a oportunidade de ouvir, no começo, do Deputado Jean Wyllys, quando ele fez algumas observações importantes. É natural. O relatório foi apresentado, na última sessão nós o recebemos. Há emendas, e eu acho que todo Deputado pode apresentá-las para aprimorar. É legítimo também ter o contraditório, fazer relatório separado. A gente pode ter discordância, mas é natural na democracia. E os Deputados que irão apresentá-las têm legitimidade para fazer isso. Só não pode ler agora, como disse o Presidente, porque senão a gente vai cair no mesmo vício do relatório original, que foi entregue e ninguém tinha tido acesso e já vai votar. Então, por uma questão prudencial, é dado um tempo. E é por isso que ao relatório e ao voto separado também é necessário a gente ter acesso. Até agora a gente não teve acesso aos votos separados. Então, é necessário ter acesso para que a gente possa basilar essa discussão.

E tive, Sr. Presidente, oportunidade de falar com V.Exa. Segmentos importantes do movimento negro, até a estrutura do próprio Governo, a exemplo da CPI, apresentam alguns adendos no sentido de fazer correções importantes, agregando, aglutinando, muitas vezes modificativas ou supressivas, num caso mais de terminologia em alguns casos, e em outros numa concepção mesmo do ponto de vista sociológico.

Então, esse debate do relatório é importante. Fazer esse debate de que não tem racismo ou não, eu acho que vai ser posição individual. Se não houver consenso, vai ter que caminhar para o voto. E quem é favorável a essa tese, que foi



o princípio da criação da CPI, logicamente vai votar pelo relatório original com adendos. Quem tem voto separado...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputado Paulão, permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ainda que seja uma coisa absolutamente bizarra, a gente colocar em votação se há ou não racismo no Brasil.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Claro, eu também considero. Até porque essas posições já extrapolam o mundo da CPI. A gente já tem essas posições, não só do Governo, dos Governos Estaduais, mas do Ministério Público Federal, Estadual, de organismos internacionais, das próprias universidades. Aí seria uma arrogância intelectual muito grande achar que esta CPI vai de encontro a tudo isso.

Então, se não tiver consenso, logicamente, a posição é ideológica, que é natural nesta Casa. Esta Casa é permeada por isso.

O SR. JEAN WYLLYS - Sim, individualmente, cada pessoa pode decidir por ela se há ou não, mas o relatório da CPI tem que apontar um fato óbvio. Há racismo no Brasil. Ponto.

O SR. PAULÃO - Claro, claro. Então, Sr. Presidente, para concluir, sem usar todo o tempo, eu, tendo — logicamente, no momento exato — a votar o relatório, com as devidas correções, agregando valores na perspectiva final de constatar que existe racismo — certo? —, que existe uma violência. Essa violência é diferenciada, essa violência tem marca territorial, que é a periferia das cidades, essa violência tem um corte de gênero, que é mais o masculino, essa violência tem uma faixa etária de 14 a 29 anos. É nessa linha que é o nome da CPI, CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres. Tendo a votar, mas o momento exato — já que tem voto em separado —, é na próxima sessão, no sentido de trabalhar isso.

Lamento mais uma vez isso aqui. Falei — alguns Deputados estavam ausentes — que a gente poderia ter um tempo maior até para aprimorar. Então, quando o Deputado Delegado Edson Moreira levanta que não teve contraditório e que não foi ouvido, eu discordo dele, mas respeito — a gente tem uma relação de diplomacia muito importante —, era momento até de incluir isso e reparar, dentro do possível, essa dúvida ou essa lacuna que existiu, mas o Presidente da Casa, o Sr.



Eduardo Cunha... É verdade que o pré-requisito legal, regimental, é que ele decida se prorroga ou não, mas, se ele tivesse mais sensibilidade social em relação a essa temática, era uma das CPIs que ele teria que prorrogar. Infelizmente ele não teve essa sensibilidade. E pode ser que o relatório, independente de posição, o relatório conclusivo, esse da Relatora, com adendos... E esse voto em separado pode não ter sido mais substanciado. Um dos responsáveis é o Presidente da Câmara, o Sr. Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão.

Vou passar a palavra para o Deputado Pastor Eurico e depois para o Deputado Eros Biondini, mas antes, só para...

Foi questionado aqui... A todos os levantamentos e dúvidas durante o processo a Relatora buscou atender. Por exemplo, a CPI está apresentando um PL na Lei nº 12.681, que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas — SINESP para superar o que o Deputado Edson Moreira levantou, que é essa questão de dados, porque eu perguntei à consultoria quantos Estados enviaram as informações. Eu acho que não chega a um terço, mas também não há problema nenhum: publicando-se o relatório, numa separata das audiências públicas, a gente pode publicar também os dados que foram enviados sobre homicídios nos Estados, junto com os dados do Mapa da Violência. Eu me comprometo a fazer a separata. Vou entrar com requerimento e peço a V.Exa. que o subscreva.

Segundo, o que esse PL diz, Deputado Jean Wyllys? Ele diz o seguinte: para acabar com essa questão de se tem dados ou se não tem, primeiro, o Governo criou o SINESP em 2012. O problema é que ninguém alimentou. Então ele propõe que, em tempo real, o gestor que não informar "*Houve homicídio agora*" e não alimentar o sistema vai ser penalizado com 3% dos repasses da União porque, infelizmente, Deputado Pastor Eurico, se não mexer no bolso, não mexe na consciência.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Segundo, o sistema não trata e não é alimentado sobre se se elucidou o crime ou não. Então, também acrescenta uma obrigação a mais no sistema, que é "*Elucidou*"; *João ou Maria não-*



sei-o-quê: elucidado dia tal, tal e tal". Ele também terá que alimentar do ponto de vista da elucidação de crimes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Ou "*Foi para o arquivo*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É, ou "*Foi para o arquivo*". Resolveu, na lógica do que V.Exa. colocou. E ele também padroniza porque... Nós vamos ficar aqui brigando porque ele não padroniza.

Além do que o Ministério da Justiça achar importante no SINESP, nas suas informações, nós queremos que obrigatoriamente esse PL da CPI proponha o seguinte: tem que ter idade, tem que falar se é homem ou mulher, gênero, raça, cor, endereçamento da vítima e endereçamento do local do fato. Por quê? Porque nós vamos ter qual é a região, qual é o bairro. Então, esse PL...

Nós estamos aqui... É importante, no conjunto do debate, também perceber o conjunto de proposição legislativa que a CPI está entregando. Eu entendo que ela nos unifica também, do ponto de vista...

Então, só para responder que ao grande debate — o maior dado da segurança pública é não ter dado — a CPI está dando uma resposta no sentido de a gente conseguir para que nos próximos anos a sociedade tenha os dados.

Então é isso.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, lamentei muito não poder ter estado na última reunião, haja vista estar em um compromisso desta Casa, fora. Lamento também não podermos ter tido o privilégio de ser acatada a sugestão da prorrogação, que seria muito importante. Eu acredito que isso traz um certo prejuízo para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos.

Eu gostaria que a Deputada Rosangela Gomes estivesse aqui, teríamos que tratar de algumas colocações, mas o faremos em tempo oportuno. Por outro lado, eu já observei que uma das pequenas observações que eu gostaria de fazer já está contemplada em falas de outros companheiros, que apresentaram inclusive o seu voto em separado. O que me preocupa é às vezes — e não sei se é a intenção de algumas pessoas — quererem que seja dito o que elas querem ouvir. Eu nem sempre vou ter aos meus ouvidos aquilo que eu gostaria de ouvir. Tem coisas de



que eu não gosto, e vou ter que ouvir. Eu acho que inclusive faz parte do direito de cada um falar e também ser ouvido. Lamentavelmente, eu tenho tido um desprazer nesta Comissão, e não só nesta, mas em todas as demais outras. Toda vez que eu uso o microfone, há Deputado que se levanta e sai, porque não tolera ouvir a minha voz, mas eu nunca o fiz nem o farei com nenhum companheiro. Então, lamento essa falta de pudor, essa falta de caráter de um Parlamentar que age dessa forma, inclusive tem os seus apoiadores. Lamento, mas essa é a verdade.

Sr. Presidente, eu, no ano passado, tive algumas dificuldades, apesar de, em nossa linguagem, sempre estarmos juntos, a segurança junto às causas dos militares. Eu tive um problema com a força policial de São Paulo, alguns representantes de lá, Deputado Delegado Edson, e também do Rio de Janeiro, exatamente no projeto dos autos de resistência, cuja Relatoria coube a mim. Ouvimos muitas pessoas, inclusive informações que hoje aparecem nesta CPI, concernentes aos autos de resistência. E, por incrível que pareça, para formalizar o nosso voto, que inclusive foi a favor, tivemos muitos impasses. É claro, Deputado Delegado Edson, tivemos assim algumas questões comprobatórias do seu Estado, São Paulo, que são inadmissíveis; claro, não poderia concordar com isso. Um cidadão é preso, independentemente da cor, se bem que eu acredito que não é preso só pela cor, mas às vezes pelo delito. E entendo também que há aqueles que, ao olharem para a pessoa de cor escura, já pensam que é um marginal. Sabemos que existe essa questão na sociedade. Mas houve casos em que a pessoa foi dominada, presa, algemada e colocada numa viatura para ser levada à delegacia. Aí, no outro dia, aparece a notícia dele morto e diz que foi resistência à prisão. Bom, se a população está lá, a população viu, assistiu, ele sai algemado para ir à delegacia e aparece morto, então não podemos dizer outra coisa que não extermínio. Aí é onde mora a questão. Essa foi a minha discussão com os policiais pelo fato de que o bom policial passa também a ser marginalizado pelas ações daqueles que praticamente são exterminadores.

Então, eu quis mostrar que o auto de resistência seria uma proteção para os policiais, os bons policiais, porque existem lamentavelmente aqueles que — V.Exa. sabe muito bem — assim procediam. Então, eu tive essa dificuldade. Isso aconteceu em São Paulo, no Rio de Janeiro e até também no meu Estado. Então, essa é uma



discussão que vai ser acalorada daqui para frente, mas eu acredito que podemos chegar a um denominador comum, até porque eu não concordo com a chacina, com a matança e com o ato de tirar a vida das pessoas.

Por outro lado, o que me preocupa é que nós temos uma instituição que, apesar das críticas, funciona, que são as instituições militares, principalmente a Polícia Militar, e é quem ainda dá segurança à sociedade. Lamentavelmente, com essa mobilização para desmilitarização, vamos ter muita dificuldade, porque nós jamais vamos ser a favor disso aí. A princípio, defendemos que como está funciona. Se tem que mudar alguma coisa, vai mudar dentro das prerrogativas da segurança. Agora, lamentavelmente, querer fazer com que as polícias deixem de ter essa prerrogativa, eu acho que é prejudicial.

Então, Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. todo o carinho que tem tido para com as causas e também a sua isonomia na hora das discussões.

Por outro lado, quero dizer que fiquei um pouco insatisfeito com a crítica que ouvi sobre aquelas apresentações de Pernambuco aqui, o único Estado do Brasil que coloca no seu relatório — quando há uma morte em confronto com a polícia, está lá no registro das mortes. Lá não se separa. Em alguns Estados, separa-se — confronto com polícia é separado. Lá, não, lá está nos relatórios, inclusive o relatório é atualizado toda semana. Toda semana é atualizado, e são apurados os casos. Lá não se deixa nada sem apurar.

Então, eu acredito que deve ser assim. Devem-se prestar contas. E quando V.Exa. fala aqui “*Não, se punir no bolso, o camarada vai...*”, vai, sim, e eu acho que tem que ser, porque tem que haver responsabilidade.

Eu espero que possamos ter... Vai ter audiência lá em Pernambuco segunda-feira. Estou com um pequeno problema que surgiu ontem, que talvez me impossibilite de estar lá. Estou tentando administrar para ver se estarei, mas se eu não estiver, sei que V.Exa. será bem recebido, com todos que ali estão e o apoio que estamos dando.

Quero agradecer e parabenizar o trabalho de V.Exa. e de todos que compõem esta Comissão, especialmente a nossa Relatora, Deputada Rosângela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Pastor Eurico. Obrigado pela organização do ato lá.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu vou ao plenário porque já começou a Ordem do Dia, não começou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Começou.

Vamos passar a palavra ao Deputado Eros Biondini.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; cara Deputada Rosângela Gomes, Relatora da CPI; nobres colegas, nobres pares, Deputadas, Deputados; amigos que nos acompanham hoje aqui neste dia importante, quando estamos nos debruçando sobre o relatório da Deputada Rosângela; aqueles que acompanharam também durante todo esse tempo as discussões e o debate aqui nesta importante Comissão...

Sr. Presidente, eu não quero multiplicar muito as minhas palavras, mas quero deixar a minha contribuição, sem ser repetitivo, em relação àquilo que já foi dito pelos que me antecederam.

Primeiro, Sr. Presidente, parabênzo verdadeiramente V.Exa. e a Deputada Rosângela pela forma como conduziram a CPI — o número 1, a meu ver, é isso. Não obstante seja um tema extremamente grave e também polêmico e controverso, V.Exas. o conduziram com muita serenidade, inclusive em meio a ambiente de hostilidade. Em alguns momentos, as discussões de alguns Deputados aqui nesta CPI revelam o clima de intolerância, de ambas as partes, que nós vivemos no Brasil, Deputada Rosângela.

Nós mesmos aqui, se fecharmos as portas e gravarmos as discussões algumas vezes, nós vamos identificar e vamos reconhecer que, entre nós, muitas vezes, para defender o meu posicionamento, eu ultrapasso o limite até mesmo da ética ou da caridade e ofendo o meu irmão, ofendo o meu próximo, como dizia o Deputado aqui, até na defesa do contraditório — estou elogiando V.Exa.

Então, eu penso o seguinte, Sr. Presidente: a CPI deveria ser prorrogada. Lamento não ter sido. A CPI dará uma contribuição sim ao nosso País quando propõe ser a voz amplificada da comunidade negra e pobre do Brasil. Eu posso dizer isso por aquela audiência pública que fizemos em Belo Horizonte muito fecunda e produtiva.

Realmente nós trouxemos aqui pessoas que tinham conteúdo para debater. Nós fomos até os rincões e os lugares onde acontece realmente a violência. Então,



esta CPI não foi omissa e, nas pessoas do Presidente e da Relatora, eu acho que ela teve toda a sua dignidade no sentido da serenidade que me remete ao Mahatma Gandhi, um homem que lutou pela cultura da paz, um homem que se opunha realmente àquela perseguição dos ingleses ao seu povo, mas, mesmo quando provocado por seus companheiros a usar de violência para pagar a violência, ele os corrigia e os exortava dizendo que não era essa a sua estratégia e a sua linha.

Mahatma Gandhi nos ensina muito e pode ensinar muitos Deputados que aqui estão, entre os quais me incluo, porque nós sempre somos passíveis de aprender algo. Não podemos nunca ser arrogantes, presunçosos, prepotentes, porque isso não é virtude.

Então, a minha contribuição: eu tenho alguns pontos em relação aos quais discordo do Relatório, Sra. Deputada. Ainda quero mergulhar um pouco nele, acho que precisamos discutir mais, mas o que eu quero deixar de mensagem nesta CPI e também nesta Legislatura é que, se nós representamos os anseios, as dores, os sofrimentos de um povo sofrido, um povo bom — e chego a concordar com o Deputado que disse que a família brasileira não pode ser rotulada como preconceituosa... Nós podemos até fazer uma avaliação histórica do Brasil e, ao final da CPI, nós realmente constatamos: o Brasil ainda não superou, nem de longe, essa chaga do preconceito, não a superou, como também não superou outras mazelas desde a sua colonização, mas nós temos que, num sinal de esperança, mostrar que a família verdadeiramente brasileira, com B maiúsculo, não pode ser rotulada como uma família preconceituosa

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Eu sei, eu estou só dizendo... Não estou dizendo o que está no relatório, eu quero deixar a minha contribuição de reflexão.

E nós devemos, sim, a partir de uma luta contra a violência e realmente em defesa dos nossos jovens negros e pobres, porque isso é justiça, isso é honesto, legítimo e necessário, nós temos que construir neste País, ou reverter a linha, a onda do Brasil de uma possível cultura de ódio, de intolerância, de violência, de desrespeito, de confrontos. Nós não temos essa característica. Portanto, fica aqui esse meu comentário.



Eu desejo realmente que todos os posicionamentos, de cada Deputado aqui, encontrem em algum momento um ponto convergente e que haja, sim, da parte de cada um, com suas liberdades e seus posicionamentos, boa vontade para que nós realmente não deixemos nenhuma marca negativa numa causa tão nobre e tão justa como essa.

Sra. Relatora, Sr. Presidente, em outra ocasião eu quero voltar a comentar mais detalhadamente o Relatório, mas eu quero dizer aqui que eu sonho com essa postura de cada um de nós, representante do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Eros Biondini. Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu penso que nós temos que fazer algumas adequações no relatório para que ele não reproduza concepções que foram construídas, que foram tão naturalizadas, que acabam por ser incorporadas sem que nós possamos perceber, e que nós possamos, a partir daí, reproduzir uma lógica que é uma lógica de subalternização dos negros, que se expressa de várias formas, inclusive na escolha de estereótipos que são estereótipos, ou melhor dizendo, na escolha de modelos que são modelos associados à perfeição ou modelos a serem agraciados em detrimento de outros.

Então, eu tenho algumas considerações. Vou passar para a Deputada Rosângela, para que ela possa considerar e, na medida do possível, possa modificar o seu Relatório, se assim achar que deve.

Mas penso que esta Comissão foi de um profundo ensinamento para todas e todos nós. Eu tenho uma convicção muito grande, a partir de todas as audiências que nós pudemos realizar — não pude estar em todas as visitas, em todas as viagens, fui apenas a algumas, mas todo o conteúdo exposto aqui é de uma profunda riqueza, de uma profunda riqueza —, de que nós temos não apenas um extermínio de jovens negros em consequência da ausência de luto da própria escravidão, mas de que nós temos um extermínio doloso. Não é o extermínio apenas porque os jovens negros são jovens que estão excluídos numa sociedade onde não se fez o luto da escravidão, não se indenizou, e se jogaram os negros, a população negra, da senzala para as favelas do nosso País, não é apenas por isso.



Há um sentimento e há uma lógica de eugenia, que já esteve presente neste País de forma muito intensa, inclusive se sugerindo a esterilização da população negra, e que se expressou inclusive em programas de Governo, que seria o programa de imigração, para branquear a própria raça, branquear o próprio brasileiro e brasileira, que esteve muito presente no início do século XX, onde se expressava isso em outros locais do mundo, particularmente na Alemanha, que deu origem aos fornos crematórios, que foram expressões muito duras do que era possível a humanidade produzir contra ela mesma.

Eu penso que, depois dos campos de concentração, dos fornos crematórios, houve um processo de reflexão do que é possível construir nessa lógica eugenista e nessa lógica de achar que nem todos os seres humanos podem e devem viver a sua própria humanidade. Isso foi muito presente no Brasil, inclusive se expressou várias vezes em proposições legislativas, que era a esterilização forçada e outros elementos nos programas de imigração, como disse, para tentar branquear a raça. E foi interrompido com o fim da Segunda Guerra Mundial, porque aí o alimento que vinha de vários locais da Europa para esse tipo de concepção foi destruído com a reação da humanidade que se impôs aos fornos crematórios e às câmaras de gás, que existe no Brasil de forma muito literal.

Nós tivemos, Deputado Jean Wyllys, um jovem de 29 anos que foi amarrado em praça pública. Foram tiradas as suas roupas num processo de fazer justiça com as próprias mãos, que atinge os negros e atinge os jovens deste País de forma muito intensa. Esse jovem foi assassinado, e eu me pergunto muitas vezes se não são os discursos de ódio que têm aqui que estimulam isso. Eu vou repetir que os discursos de ódio calam dentro da alma do povo brasileiro, da alma da sociedade, e eles vão se expressar depois num processo de extrema violência que atinge todas e todos nós. Ou alguém aqui acha que a morte desse jovem, no Maranhão, não atinge todas e todos nós? Atinge todas e todos nós, porque cria algo que não comporta a nossa humanidade, que são os rótulos e os modelos de perfeição. E não comportam a nossa humanidade esses modelos de perfeição, essa heteronormatividade, essa lógica sexista, machista, que faz com que nós tenhamos alguém que ousa fazer um adesivo contra a Presidenta da República e que atinge todas as mulheres, porque, em verdade, não se critica as posições — e isso é legítimo, isso é importante que



nós fazamos, porque aprimora a democracia, a divergência de ideias e de opiniões —, mas se ataca a discussão e a identidade de gênero da Presidenta da República. Ela é atacada como mulher. É a partir do seu gênero que ela é atacada.

E alguns acham que colocar a discussão da necessidade de nós termos a liberdade da identidade de gênero, que não haja dor em ser mulher, isso é do gênero feminino. Que nós possamos tirar essa lógica de subalternidade que têm as mulheres ou de coisificação das mulheres, transformadas em objetos e não em pessoas.

Portanto, eu diria que esta Comissão foi importante no desenvolver dos seus trabalhos, para que nós possamos perceber que há um dolo, que há um processo higienista e eugenista, que há um sentimento de que negros e pobres de periferia têm que ser assassinados mesmo, como foi feito e como vimos aqui nas várias falas. E isso é muito mais profundo do que nós possamos atestar. Não é um efeito colateral, é um processo que se constrói de forma muito intensa, de se tentar fazer com que a sociedade brasileira possa permitir e naturalizar o extermínio de jovens negros que têm um caráter doloso, repito eu.

Mas, quando se tenta invisibilizar ou negar o racismo, é uma forma de permitir que isso continue acontecendo, porque quando você diz que não há racismo no Brasil, primeiro que quem fala isso fala de um lugar, não fala do lugar do negro, não fala do lugar do jovem que enfrenta esse preconceito e esse racismo todos os dias, das mais variadas formas. Não fala desse lugar, fala de um lugar de elite, fala de um lugar da Casa Grande; e, a partir daí, a negação do racismo, a negação dos extermínios, a negação dos números.

Os números apontam que mais de 50% são jovens que morrem neste País. Desses jovens, 75% são negros. São os negros que estão morrendo! O Cleidenilson — e me parece que o nome dele é esse — morreu amarrado em praça pública, como se estivesse num pelourinho. Não me refiro ao pelourinho metafórico, esse sempre existiu e foi negado. É o pelourinho literal que se está estabelecendo neste País. *(Palmas.)* Isso é alimentado por aqueles que dizem: *“Não, não! Não há racismo. Há discriminação social, mas não há discriminação racial neste Brasil”*.

Portanto, negam o que é preciso ser constatado, e que esta CPI trabalhou para isso, a fim de que nós possamos superar a discriminação racial, a ausência de



igualdade étnica e racial, que — e vou repetir — não fica apenas em relação aos negros e às negras deste País, mas ela se espraia e cria uma sociedade em que a violência é permitida. Ela cria o discurso permitido, ela cria a negação do racismo permitido, ela cria em nome de qualquer coisa que se invente e se saque de uma cartola, que muitas vezes é proferida em púlpito. Ela cria uma concepção de invisibilidade do próprio racismo e que impede que enfrentemos esse racismo.

Por isso, destaco a importância desta CPI, que muitas vezes foi oásis da lógica humanista nesta Casa, esta Casa tão pronta, com tantas armas nos dentes, com tanto ódio proferido, com tanto ódio expresso, com tanta intolerância. E a intolerância não atinge apenas o objeto direto dessa intolerância, mas ela se dissemina para toda a nossa sociedade.

Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obviamente, caro Deputado Jean Wyllys, que a tentativa de alguns Parlamentares e de outras lideranças que por aqui tiveram oportunidade de apresentar suas visões em torno do tema foi sempre a de dissimular o que objetivamente a realidade teima em nos apresentar como parte do crime cometido contra a nossa juventude negra e pobre deste País. E os discursos proferidos aqui sobre o manto da paz, sobre o manto de uma realidade de cordialidade, para deslegitimar não só essa ideia, mas a realidade, sobretudo, de que o genocídio da juventude pobre e negra é uma marca que precisa ser enfrentada neste País.

Esta Comissão tem dado contribuições e visibilizado essa questão, que é central para a vida, assim como tivemos em outros momentos, sobretudo, quando o Estado brasileiro assume a existência do racismo. Essa é uma nova fase que nós estamos enfrentando neste debate, que, por certo, aqueles que não toleram a ideia de uma sociedade em que a igualdade seja a marca e a promoção dessa igualdade, assentada na inclusão de homens negros e de mulheres negras neste País, até como mecanismo de reparação da sua própria trajetória no País, vão enfrentar, como temos assistido aqui, esses debates e posições absolutamente divergentes em relação ao conteúdo desse relatório que tão bem a nossa Relatora apresentou.



Mas há, sem sombra de dúvida, uma manifestação dos ativistas do movimento negro, dos defensores dos direitos humanos, daqueles que desejam que a vida seja um bem maior e seja garantida pelo Estado brasileiro. Tenho assistido, Sr. Presidente, a uma reação e a um apoio nas expressões dos militantes ativistas do movimento negro e dos direitos humanos, que revelam e relevam o papel desta Comissão com os dados desse relatório que preliminarmente foi apresentado.

Objetivamente, há alguns dados que, em minha opinião, precisam ser revistos, e eu basicamente apresentarei algumas sugestões para alteração. Não vi indicada, por exemplo, a questão da chacina no Cabula, que não é algo menor. Recentemente, o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia produziu informações de que os dados da apuração realizada pela Secretaria de Segurança Pública não indicaram qualquer tipo de homicídio praticado pela polícia, em desacordo com a investigação do próprio Ministério Público do Trabalho.

É preciso analisar, é preciso verificar as condições dos incidentes de deslocamento como uma questão central, para que esses casos não fiquem, como esse caso, nas mãos do Estado para deslegitimar aquilo que o Estado praticou, como o homicídio daquela juventude, daqueles 12 homens e mulheres negras, daqueles jovens negros do Cabula, na Bahia. E não podemos deixar que esses fatos caiam no esquecimento. Esse fato foi apurado, foi objeto de oitiva das famílias, e, nas audiências públicas, nós ouvimos os depoimentos.

Portanto, em relação a esses e outros fatos, reservo-me o direito de, considerando ser substantivo o relatório da Relatora, Deputada Rosangela Gomes, apresentar também algumas alterações a esse relatório. Mas vou fazê-lo tempestivamente para que, na próxima terça-feira, tenhamos a possibilidade de aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputado Beбето.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Deputados e Deputadas membros desta CPI, em primeiro lugar, é importante destacar que esse relatório apresenta a realidade que nós vivemos, sentimos e vemos em todas as



audiências públicas realizadas. E mais: nas diligências que foram realizadas, as pessoas puderam, em caráter reservado, sigiloso, colocar a situação do genocídio praticado contra a juventude negra, pobre e que mora nas periferias.

A Relatora não pode dizer e não pode escrever outra coisa em seu relatório, senão o que aconteceu nesse período em que tivemos várias audiências, inclusive neste Parlamento. As audiências que foram feitas nos Estados trouxeram à tona informações que aqui normalmente não apareciam com muito destaque.

Eu quero parabenizar a nossa Relatora, que dizia sempre: *“O nosso relatório será a verdade daquilo que foi proclamado, vivido e dito nas audiências e nas diligências”*.

Quero parabenizar também o nosso Presidente, que tem trabalhado na perspectiva de que nós possamos levar o relatório às autoridades constituídas para que tomem providências. Nesse sentido, nós aprovamos um requerimento que propõe a criação de um Grupo de Trabalho, uma Comissão, com o objetivo de acompanhar a implementação desse relatório, depois de aprovado, em termos de políticas públicas, em termo de ações, para reparar essa situação e impedir que a nossa juventude negra e pobre continue sendo executada e assassinada.

Quero dizer, Sr. Presidente, que os projetos encaminhados a esta Casa terão novos debates nas Comissões Especiais. Eles serão apresentados como propostas. Ou seja, ao aprovarmos o seu encaminhamento, não estaremos já aprovando o teor ou o mérito da proposta, porque ela passará pela esfera das Comissões Especiais, que deverão analisá-la. E aí vai haver todo um processo, outra Comissão vai ser estabelecida, com um novo Relator, mostrando, enfim, que isso é fundamental.

Então, nesse aspecto, eu queria dizer — e ouvi a fala final da Deputada Erika Kokay — que nós estamos contentes com o relatório apresentado. Algumas mudanças podem ser apresentadas a esse relatório. Ainda não concluímos todas as oitivas, pois ainda temos Porto Alegre e Pernambuco. Tenho certeza de que, na terça-feira, nós deveremos aprovar esse relatório para que seja enviado a todas as autoridades que já foram definidas aqui por um requerimento apresentado e votado.

Eu tenho certeza de que nós estamos fazendo um grande trabalho para a nossa juventude, para os nossos adolescentes e para as nossas crianças, porque muitas delas também são vítimas dessa violência. Que nós possamos, portanto, ter



o relatório aprovado. E esse relatório expressa tudo aquilo que foi vivido, tudo aquilo que foi ouvido e visto nas diligências e também nas audiências públicas.

Parabéns, Deputada Rosangela Gomes! Parabéns, Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes!

Tenho certeza que nós faremos um excelente trabalho e que esse relatório será um instrumento importante para o estabelecimento de políticas públicas e de ações que possam dar um basta a essas chacinas, a esse genocídio praticado contra nossa juventude negra, pobre e que mora nas periferias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Passo a palavra à Relatora, Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia, Sr. Presidente; bom dia a todos e todas.

Justifico o nosso atraso dizendo que nós quase não vínhamos em virtude do forte resfriado.

Primeiro, quero dizer, Deputado Luiz Couto, que nós demonstramos, até terça-feira, a nossa clareza no trabalho realizado, como V.Exa. bem colocou. Sempre deixamos bem claro que faríamos um relatório de acordo realmente com a verdade e com as exposições aqui feitas pelos pesquisadores, pelas famílias, pelos depoimentos e pela contribuição de cada Parlamentar desta CPI durante todo esse processo de trabalho. Isso está valendo.

Esse período de pedido de vista é justamente para ajustar e adequar, desde que haja coerência e legitimidade, os apoimentos dos Deputados, que, por alguma razão, não foram contemplados nesta relatoria. Então, quero dizer que o nosso compromisso de ainda receber sugestões está de pé. E nós estaremos aqui atentos para receber todas as contribuições, desde que haja coerência e legitimidade.

Agradeço, mais uma vez, todas as falas aqui, como as do Deputado Eros Biondini, da Deputada Erika Kokay, do Deputado Bebeto, sempre atento, de V.Exa., que foi um guerreiro neste trabalho também, do Deputado Luiz Couto, ao nosso lado, do Deputado Paulão, do Presidente Reginaldo Lopes, que também, com muita responsabilidade e bravura, sempre procurou, muito mais do que eu, levar os debates para o consenso. Nós estamos fazendo isso até o dia de hoje e



continuaremos fazendo para que possamos, na terça-feira, efetivamente aprovar esse relatório.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes de volta, mas quero deixar bem claro que nós ainda estamos recebendo sugestões. A nossa preocupação será abarcar, nesse relatório, todas as sugestões, desde que tenham coerência e legitimidade com o tema aqui debatido, discutido, durante esses 3 meses aqui na CPI.

Desculpem-me, porque realmente hoje está difícil falar. Espero que, na terça-feira, Deputado Paulão, estejamos bem fortes para que possamos aprovar o relatório, porque, se não o aprovarmos, não terá tido valia ter trabalhado esse tempo todo se não aprovarmos o relatório, que é o que queremos e desejamos, depois desse trabalho feito durante tanto tempo.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - V.Exa. informou que amanhã vocês irão ao Estado de Pernambuco. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não. Amanhã, vamos ao Rio Grande do Sul. Na segunda, vamos a Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Vejam bem, eu estava falando com a Deputada Erika Kokay e tive que sair para dar uma entrevista a uma rádio sobre redução de maioria penal, que tem a ver com o nosso tema.

Foi entregue o relatório da nossa Relatora, que é importante, e já externei que concordo com o escopo principal, com a coluna vertebral. Algumas emendas estão sendo propostas pelo Deputado Jean Wyllys, pela Deputada Erika Kokay e por mim, para agregar.

Essa visão de apresentar um novo relatório é um direito, mas é claro que não vou acompanhar. Já que foi entregue o relatório e V.Exas. viajam, essas viagens também são motivo de relatório e vai ter que fazer parte do relatório final. Isso não atrapalha, Deputado?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Como houve várias sugestões e a Relatora vai acolher, ela vai apresentar um relatório novo. Ela vai apresentar um segundo relatório. Em vez de complementação de voto, ela vai apresentar um novo relatório. Por quê? Depois, no debate, ela vai fazer a complementação de voto. Como nós não abrimos ainda o debate oficial do relatório, ela poderá apresentar um novo relatório. Será um segundo relatório. A partir do debate, ela pode fazer complementação de voto.

Como surgiram várias propostas, será uma complementação de voto, mas no formato de um novo relatório, Deputado Paulão. Isso será bom, porque traremos algumas experiências do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. Como vamos a esses dois Estados, é importante que eles sejam citados e contemplados nesse relatório. Há a necessidade de publicar um novo relatório.

Quero dizer que tenho algumas sugestões de PECs, como a que trata da autonomia das perícias, que também é importante para avançar no sistema de polícia de ciclo completo — eu acho importante, Relatora, apresentarmos uma PEC nesse sentido. A PEC sobre segurança pública que apresentamos recebeu várias sugestões do Deputado Major Olimpio e de outros.

Sugiro ainda apresentarmos uma PEC para garantir para as atuais polícias de ciclo completo e também permitir aos Governadores e aos Estados, se for um desejo deles e da sociedade, uma terceira polícia, que seria a polícia única. Nesse sentido, esta PEC parece que unifica mais, porque não se muda a realidade atual.

Fiz perguntas a todos os chefes da Polícia Civil e aos comandantes da Polícia Militar, e uma frase me marcou muito: *“Nós temos 240 anos; o que nasceu separado não unifica”*. Então, eu acho que uma PEC em que se garanta o ciclo completo para todas as polícias e permita, do ponto de vista constitucional, aos Estados que desejarem, criar uma nova polícia, a polícia única, tem mais possibilidade de prosseguir e ser aprovada.

Pessoalmente, tenho defendido essa concepção, Relatora. Estou convencido. E isso dialoga, em grande parte, com o Deputado Delegado Edson Moreira, com o Deputado Major Olimpio e outros.

Então, estamos buscando, nesses últimos dois, três dias, construir algo que possa mudar, de fato, porque todos estão convencidos de que o sistema está falido.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma observação, porque acompanho, desde o ano passado e o retrasado, essa caminhada em relação à perícia.

Existe um GT do Ministério da Justiça e do MPOG que estão dialogando sobre esse processo. Então, temos que ter bastante prudência com relação a essa questão da PEC da perícia, porque existe uma disputa interna, como há na Polícia Federal.

Eu lamento que a Polícia Federal seja uma estrutura com um nível de embate enorme. Eu sempre falo: os agentes têm uma lógica, que é a questão da carreira única que eles não têm, e os delegados, que é todo um processo. Há um nível de beligerância enorme.

Eu sempre repito que há algumas informações que dão conta de que, em média, morrem, dentro da repartição da Polícia Federal, de 10 a 12 profissionais por suicídio, o que não é divulgado — dentro da repartição da Polícia Federal!

O nível de beligerância entre delegados e agentes é terrível. Há delegados que se reportam ao agente fazendo portaria interna, sem validade alguma, em que tem de ser tratado como V.Exa, e isso é motivo de punição. Então, não preciso dizer mais nada sobre isso.

Na perícia, também há um tensionamento, porque há os peritos e os papiloscopistas. Do ponto de vista penal, principalmente da CPI, sem querer descaracterizar o perito, o papiloscopista tem um papel maior, porque é ele que faz a perícia do ser humano, enquanto os peritos fazem dos objetos. Vejam bem essa diferença. Os papiloscopistas são mais antigos que os peritos, do ponto de vista histórico, e são uma categoria menor, mas, devido ao crescimento dos peritos, terminaram engolindo a estrutura e querem ter essa separação.

Então, do mesmo jeito que hoje não há unidade de ação entre as polícias para ter uma polícia única, quando se fizer a PEC dos peritos, é fundamental contemplar um segmento que, numericamente, quase não tem peso, cujo *lobby* nesta Casa é pequeno, mas que tem um papel, no Direito Penal, mais singular do que o próprio perito, que são os papiloscopistas. Só essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu vou pedir que a minha assessoria envie a V.Exa. o texto.



V.Exa. traz um debate, e inclusive nós recebemos a associação. É importante a colocação de V.Exa. nesse sentido.

Nós também estamos recomendando a PEC da perícia, que está no plenário. Porque a CPI apresenta novas proposições legislativas, mas também recomenda outras que tenham unidade.

Antecede a criação de uma polícia completa a necessidade da perícia autônoma. Nesse sentido, nós precisamos ir destravando, senão vamos ficar presos a uma guerra de corporações e vai continuar havendo os homicídios e os jovens negros, a população pagando a conta.

Nós precisamos dialogar com todas as corporações, mas, é evidente, cabe ao legislador buscar, na partilha das concepções, um melhor encaminhamento para uma nova segurança pública muito mais dinâmica.

Na minha opinião, o que a CPI estruturou? Eu acho que ela acerta na conclusão do genocídio pelas mortes físicas, que são 80% — os dados são estarrecedores —, e se soma às mortes físicas a ausência das políticas públicas, como muito bem colocado pelo Delegado Éder Mauro e por todos nós, e a morte simbólica. Então, concluímos pelo genocídio.

Acho que isso abre um debate com a sociedade, porque a sociedade que não conhece seu passado não compreende o presente e compromete o futuro. Acho que isso é um acerto com a nossa história. A partir daí, se derruba o mito de que o Brasil não é um país racista.

Não são as famílias que são racistas. Essa é uma discussão que está enviesada aqui. Falei isso para o Deputado Eros Biondini. Não há relatórios falando em famílias assim. Nós estamos falando do racismo institucionalizado, sistematizado, que é muito diferente. Ele é dissimulado, algo muito mais sutil e muito mais difícil de ser combatido. Se essas famílias fossem racistas, sairiam prendendo as famílias que são racistas. Quais famílias são racistas?

Então, a CPI revela e afirma isso e, na outra direção, rompe o mito do Brasil gentil, fraterno, pacífico, porque nós somos um país extremamente violento, onde não há conciliação. Isso também é fundamental.

E o que a CPI aponta para o futuro? Ela propõe uma nova concepção sobre segurança pública, através dessas PECs, em especial quando propõe haver um



sistema compartilhado, federativo, republicano, que permita à União legislar, ter normas gerais sobre segurança, porque hoje não tem. Então, dá a responsabilidade à União e aos Municípios e, de uma maneira ou outra, constitucionaliza a obrigação de Municípios, Estados e União debaterem e construírem, de maneira participativa, suas estratégias no campo da segurança pública, algo que hoje não se tem.

Esse debate está privatizado; esse debate é só para os oficiais. Eu nem diria que é para os praças, porque não é, de fato. Eles cumprem uma concepção de ordem pública que alguns lá definem — nem sei quem são, mas a definem. Então, a sociedade que recebe a segurança pública não tem o direito de participar da elaboração, da concepção da estratégia. E, ao constitucionalizar, se dá responsabilidade e prazos objetivos.

Estamos encaminhando pela Comissão, pela CPI, como autora, o Plano Nacional de Enfrentamento a Homicídios e Violações de Direitos. Esse plano traça diretrizes, determina prazo para a União definir suas estratégias, define diretrizes e metas. As estratégias para atender as diretrizes e as metas quem vai traçar é a União. A União terá 180 dias para enviar o projeto à Câmara, para fazer o pacto, e Estados e Municípios terão 1 ano. Então, nós determinamos um prazo, ou seja, fazer planos estratégicos para 10 anos, de maneira decenal.

No primeiro projeto que nós apresentamos, Relatora, nós só falamos da redução de homicídio para um dígito. É o que a ONU manda e o que a Organização Mundial da Saúde recomenda ser o “aceitável” — entre aspas, porque o ideal seria zero; nenhuma morte por causa do sistema, mas... Então, um dígito. Mais de um dígito, é guerra civil.

Eu estou propondo mais quatro eixos, mais quatro metas: diminuição da vitimização de policiais — eu falei, tentei dialogar aqui com o Deputado Pastor Eurico; nós queremos diminuir, não queremos que nenhum policial seja morto; nem no serviço, nem fora dele; a diminuição da letalidade dos policiais.

Esses dois assuntos foram latentes nos debates, então, na meta de um plano nacional, tem que conter isso.

O que todos colocam aqui: políticas públicas nos territórios com alta taxa de homicídios, focalizado por território, idade, raça; a questão racial. Então, tem que ter.



Não dá para isso não ser uma meta. Se temos 90% de 142 Municípios de violência, essas políticas têm de ter uma atuação do ponto de vista da prevenção.

A quarta meta é redução de um dígito, como já falei, para 100 mil habitantes, e, a quinta, elucidação de crimes de, no mínimo, 80% para os próximos 10 anos. O ideal é que se chegue a 100%, como chega a 90% o Reino Unido.

Será que nós não podemos fazer um pacto com todo o sistema, mudar a persecução penal, com todos os Poderes, Deputado Paulão, para que consigamos elucidar a taxas que a Europa consegue hoje, que são de 80%, para daqui a 10 anos? Então, também tem de ser uma das metas do plano nacional.

Eu acho que, com essas metas, com várias diretrizes — e eu não vou lê-las aqui —, nós apresentamos um PL do plano nacional para ser discutido, e nós vamos abrir um debate com a sociedade. É evidente que tudo que passa por esta Casa e, democraticamente, é discutido com a sociedade brasileira termina melhor do que entrou.

Penso que, com isso e mais o PL que mexe no sistema nacional de estatísticas sobre segurança pública; que obriga informar, em tempo real, os homicídios; que penaliza, no repasse do dinheiro da União, em todos os repasses, em 3% os Estados que não derem a informação em tempo real dos homicídios, da violência, dos indicadores, e, ao mesmo tempo, também obriga a informar quais casos foram elucidados — então, não só informar, em tempo real, os homicídios, mas também, em tempo real, informar quais os casos elucidados ou arquivados; como disse o Deputado Delegado Edson Moreira.

Ao mesmo tempo, a proposta é no sentido de padronizar essa informação. O Ministério da Justiça propõe uma padronização, mas a CPI propõe algumas padronizações obrigatórias: cor, endereço, idade, raça, gênero. Por quê? Para não voltarmos aqui e, 10 anos depois, Deputado Paulão, fazer uma nova CPI e dizer: não há dados, o que não é verdade. Isso é guerra de dados, de informações.

Então, eu acho que esse ponto do PL também é importante, porque surgiu muito no debate: há dados, não há dados; uns questionam os dados, outros... Solicitamos os dados, os Secretários os mandam pela metade; nós não temos informação... Então, nós queremos sair desse...



Eu quero fazer um *lobby* também. Eu nunca fiz um *lobby*, mas vou fazer um *lobby* com a Relatora e com a CPI. Nós estamos recomendando vários projetos, e vários Deputados têm encaminhado sugestões. Nós não apresentamos o projeto do sistema único de segurança pública, mas nós estamos apoiando um projeto que já está tramitando na Casa, que é do Deputado Major Olimpio. Então, na verdade, estamos apoiando o projeto dos autos de resistência.

Há várias iniciativas de vários colegas. Então, acho que a CPI apoiar essas iniciativas que já estão avançadas é muito importante.

A CPI tem que definir se vai fazer um marco regulatório dos programas de proteção, porque, aqui, estão se recomendando vários projetos, mas, nos debates que nós tivemos, a ideia é que pudéssemos juntar todos eles e ter um marco regulatório, um marco legal único para todos — para os defensores de direitos humanos, para as testemunhas ameaçadas e para as vítimas — em todos os programas existentes. Nisso nós ainda não conseguimos fazer avançar, mas é importante que consigamos, nos próximos dias, apresentar um pré-projeto, um projeto sobre os programas de proteção.

Por último, eu também sou autor do Projeto de Lei nº 48, de 2015. Nós estamos debatendo — agora foi nomeado um Relator, que é o Deputado Paulo Teixeira — onde eu proponho...

Eu acho que, por trás de muita violência, há o uso do dinheiro em espécie; por trás da maioria dos crimes. Um dia, no recesso parlamentar, Deputado Paulão, eu fiquei assistindo 1 hora de programa de televisão: saidinha de banco é por causa de dinheiro em espécie; no petrolão, havia dinheiro em espécie nas prisões; sequestro relâmpago é por causa de dinheiro em espécie; tráfico de droga é por causa de dinheiro em espécie. Tudo é dinheiro em espécie. Então, eu pesquisei na Internet, e há países que já estão debatendo o fim do dinheiro em espécie, a extinção do dinheiro em espécie: Suécia com 98%, Noruega com 96%. Israel criou um grupo interministerial para acabar com a sonegação, porque só há sonegação porque existe o dinheiro em espécie. Também, agora, no Equador, para se desdolarizar a economia, a única maneira é não se ter mais dinheiro em espécie, porque, aí, consegue-se constituir a moeda nacional.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Deputado, permita-me.



Além disso — muitas vezes, não é dado destaque —, há ganhadores da Mega-Sena que não são ganhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É, porque o outro compra o bilhete.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Então, o cara ganha na Mega-Sena, sozinho, 10 milhões, o tráfico ou a lavagem de dinheiro paga a ele 12 milhões, e ele fica com o cartão e legaliza o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Houve um episódio nesta Casa. Na CPI dos Anões do Orçamento, houve um Deputado que ganhou sei lá quantas vezes!

Então, nesse sentido, eu defendo, e o PL propõe, depois de aprovado, dar-se mais um prazo de 5 anos. Eu acredito que, no total, vai levar uns 10 anos para que o Brasil proíba a produção, a circulação e o uso do dinheiro em espécie no País.

Portanto, eu quero também pedir à Relatora para pensar se não recomenda esse projeto. Esse é um *lobby* pessoal (*risos*), mas de um projeto que eu acho que merece debate.

Quando alguém fala assim: “*E os pobres? Como é que os pobres vão fazer?*”, eu, primeiro, brinco que pobre não tem dinheiro; que sobra mês no final do dinheiro. Mas, na verdade, os pobres, hoje, desde 2003... Eu peguei o discurso do Presidente Lula quando ele lançou o cartão do Bolsa Família, e ele falava na extinção do dinheiro, porque é impessoal. Não haveria mais corrupção. As famosas cestas básicas nunca chegaram até o cidadão. Então, os mais pobres, que são 50 milhões, estão no CADÚNICO — Cadastro Único do Governo Federal, e recebem via cartão magnético.

O dinheiro em espécie é que causa problema para os mais pobres. Por quê? As senhoras — porque noventa e tantos por cento são mulheres —, às vezes, as mães, as avós saem de um banco, o crime percebe que elas sacaram o dinheiro e elas são assaltadas nas ruas, rumo às mercearias e aos supermercados. Então, as saídas de banco prejudicam os mais pobres, que são assaltados. Se essa senhora, com o cartão magnético do Bolsa Família, fizesse o pagamento direto à



mercearia, não seria roubada. Nesse sentido... Sequestro relâmpago, por exemplo, não há como ser feito se não há mais dinheiro em espécie.

Não se trata de extinguir o dinheiro, nem de extinguir o Real; trata-se de extinguir o uso do dinheiro em espécie. Então, nesse sentido, eu faço aqui também uma...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Vai só aumentar o crime cibernético, mas esse é outro papo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É. Aí, o controle é outro.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Depois a gente discute.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, quero aqui agradecer a presença às Sras. e aos Srs. Parlamentares, às assessorias e demais presentes.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando as novas reuniões para amanhã, 10 de julho, em Porto Alegre; segunda, 13 de julho, em Recife, e terça, 14 de julho, aqui na Câmara, para a discussão e votação do relatório final da nossa querida Relatora, Deputada Rosangela Gomes.

Uma boa tarde a todos.